

Primeira Conferência Indígena de Ayahuasca (Yubaka Hayrá) no Acre mostra resistência política, cultural e espiritual

Por Daiara Tukano para a Rádio Yandê (*)



Fotos: Divulgação organização da Yubaka Hayrá

Video - Crônicas Indigenistas

Por Daiara Tukano - Rádio Yandê

A Yubaka Hayrá, primeira conferência indígena de Ayahuasca, foi realizada de 14 a 17 de dezembro de 2017 na aldeia Puyanawa, no município de Mâncio Lima, estado do Acre. O evento reuniu 15 povos da região para uma conversa sobre as relações que se tecem hoje no mundo sobre a bebida.

A ayahuasca é a medicina tradicional de aproximadamente uma centena de povos indígenas da bacia amazônica espalhados entre Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Brasil e Venezuela, em sua maioria dos troncos linguísticos Aruak, Pano e Tukano.

A bebida tem muitos nomes, mas ficou mais conhecida pela denominação quechua ayahuasca, no Brasil tem outros nomes como Uni, Nixi Pãe, Caapi ou Camarampi; pesquisas arqueológicas sugerem que ela possa ter mais de 5.000 anos de uso ritual, mas para todos nossos povos ela se encontra em nossas histórias de origem.

Para nossas civilizações a medicina sagrada é a fonte de nosso conhecimento, identidade e cultura desde a criação do primeiro homem, por isso, sempre está presente em nossos cantos e histórias, assim como faz parte de nossas relações antigas entre povos. As nações indígenas ayahuasqueiras temos relações diplomáticas e espirituais milenares, motivo pelo qual a 1ª Conferência Indígena de Ayahuasca (Yubaka Hayrá) pode se considerar um marco dentro da história contemporânea indígena.

A iniciativa de realizar uma conferência indígena de ayahuasca aconteceu em parte como resposta à AYA world ayahuasca conference - Conferência Mundial de Ayahuasca, cuja primeira edição aconteceu em Ibiza, Espanha, no ano de 2014 e foi realizada pela ICEERS (International Center for Ethnobotanical Education, Research and Service) e que contou principalmente com a participação da comunidade científica e das principais igrejas ayahuasqueiras; a participação indígena foi por parte de quatro palestrantes da Colômbia, Equador e Brasil.

Diante de um certo estranhamento em ver Ibiza como autoproclamada "capital mundial da ayahuasca" pela imprensa local, se discutiu sobre a possibilidade de realizar a 2ª Conferência Mundial na América do sul onde Iquitos e Rio Branco são cidades de referência, como berço de origem das igrejas ayahuasqueiras e de centros de cura reconhecidos mundialmente. Assim, em outubro de 2016, a 2ª Conferência Mundial de Ayahuasca (também conhecida como AYA2016) foi realizada em Rio Branco na UFAC (Universidade Federal do Acre), contando desta vez com três linhas principais de discussão: a científica, onde pesquisadores dos campos da medicina, etnobotânica, psicologia, farmacologia e antropologia discutiram os efeitos da bebida e as experiências no tratamento de dependência química, depressão, assim como outros interesses da neurociência.

O contato dos não-indígenas com a ayahuasca aconteceu no século XVI quando foi descrita pelos missionários católicos portugueses e espanhóis como "trabalho do demônio": as práticas espirituais indígenas foram imediatamente discriminadas e perseguidas pela igreja, a demonização de nossa espiritualidade originária por parte dos colonizadores marcou definitivamente nossa história e perdurou de forma incisiva até meados do século XX.

O fato de nossa fé, ciência e cerimônias se manterem vivas ainda hoje é demonstração de luta e resistência política, cultural e espiritual de nossos povos.

O interesse dos cientistas se iniciou com a catalogação do cipó como *Banisteriopsis caapi*, pelo botânico inglês Richard Spruce, em meados do século XIX, o qual esteve em contato com o povo Tukano no Uaupés e presenciou a cerimônia do Dabacuri na qual é bebido caapi.

Ao longo do século XX, o interesse em entender os agentes e efeitos químicos da medicina cresceu junto com a mundialização das igrejas ayahuasqueiras.

A segunda linha de discussão da AYA2016 foi conduzida pelas igrejas do Santo Daime, Barquinha e União do Vegetal, manifestações religiosas brasileiras, algumas das quais surgidas no Acre, sendo a mais antiga o Santo Daime que reconhece Raimundo Irineu Serra - mais conhecido como Mestre Irineu - como o responsável pela cristianização de seu uso. Irineu teve contato com a medicina indígena trabalhando nos seringais no início do século XX.

Em toda a região amazônica o "Tempo da Seringa" é lembrado pelos povos indígenas como tempo de escravidão e de "correrias", ainda hoje no estado do Acre, anciões centenários levam no corpo a marca a ferro dos antigos "patrões" seringueiros. Foi nesse período de exploração massiva da borracha que imigrantes pobres de outros estados tiveram contato com a cultura dos indígenas, que mantinham suas práticas na seringa, ainda que sua espiritualidade fosse perseguida por missionários e evangelizadores.

Assim, Mestre Irineu adotou a bebida, rebatizando-a como "Santo Daime", a partir da prerrogativa "Dai-me amor", "Dai-me firmeza", mesclando em seu culto elementos do catolicismo popular, das tradições afro-brasileiras e alguns traços da espiritualidade indígena de origem.

As igrejas ayahuasqueiras cresceram estabelecendo seu dogma próprio, rituais, hinos e vestuário; lutaram para ser reconhecidas institucionalmente como tal, e foram protagonistas na luta pelo reconhecimento do uso religioso da bebida pela resolução 01/2010 do CONAD. As igrejas despertaram interesse de muitos e cresceram pelo Brasil e pelo mundo dando início a um período de globalização da medicina, onde hoje participam vários grupos neoxamânicos, centros de cura alternativa, centros de pesquisa científica e indígenas.

Finalmente, a terceira linha de abordagem da AYA2016 foi a Indígena, onde 150 representantes de vários povos do Acre e de outros países foram convidados a participar e a apresentar seu pensamento sobre a importância da ayahuasca em suas culturas.

A programação da AYA2016 foi dividida igualmente entre as três linhas de abordagem; o evento de iniciativa privada, ainda que com apoio da secretaria de cultura do estado do Acre, contava com ingressos pagos e participação limitada, o que causou um certo constrangimento às lideranças indígenas, uma vez que todos os povos ayahuasqueiros demonstraram grande interesse e se viam no direito de participar e ter voz, considerando a importância da bebida em suas tradições de origem.

Como é de praxe ao movimento indígena, se considerou que todos os povos deveriam ter igual participação na discussão, o que deixou por exemplo na primeira mesa um espaço de fala de 5 minutos para 13 participantes, que era obviamente insuficiente para cada um expressar seu pensamento. A falta de tempo e de um espaço maior provocou desde o primeiro momento o tom de indignação dos indígenas, o que resultou numa carta lida ao final da conferência. [Link](#).

A AYA2016 foi um momento importante para os indígenas que se deparavam com a dimensão e os impactos da globalização da ayahuasca, medicina sagrada de seus povos.

"Eu queria perguntar a vocês o que foi que o shori fez a vocês para vocês fazerem isso com a gente"
- Zé Correia Jeminawa

Desconcertadas, as lideranças indígenas não paravam de se espantar com os impactos da globalização da medicina sobre a qual tantos não-indígenas pleiteavam uma autoridade de conhecimento e prática maior que a dos povos originários.

Diante da falta de espaço na própria conferência se mobilizaram para uma discussão paralela, para tomar posicionamento diante da relação colonial a qual nossos povos têm sido submetidos diante das instituições do estado, das igrejas e da ciência, já que ficara evidente mais uma vez que os conhecimentos, práticas e saberes indígenas estavam sendo abordados de maneira subalterna, e não reconhecidos como ciência em si.

Ao fim da AYA2016, o sentimento geral dos indígenas foi de terem sido tratados como "convidados dentro de sua própria casa", e se viram na necessidade de organizar uma conferência indígena para amadurecer suas impressões dessa primeira experiência em um espaço que lhes garantisse protagonismo, autonomia e dignidade.

Patrimonialização

Outra discussão paralela à AYA2016 foi sobre a patrimonialização da ayahuasca junto ao IPHAN. O registro de patrimônio imaterial é a sequência do debate sobre o reconhecimento do uso da medicina dentro das práticas religiosas, pleiteado junto ao CONAD pelas igrejas ayahuasqueiras, considerando as dificuldades impostas pela legislação que reconhece o agente DMT contido na bebida como substância proibida. Assim, em 2010, as igrejas conquistaram o reconhecimento e o uso de exceção dentro da prática religiosa. As mesmas igrejas também entraram com o pedido de reconhecimento da bebida como patrimônio cultural brasileiro, o que provocou a discussão sobre onde ficariam nesses termos os povos indígenas como originários da bebida.

O IPHAN desenvolveu um trabalho de consultoria para esclarecer as dúvidas sobre a patrimonialização, para distinguir, por exemplo, "patrimônio" de "patente" ou de "propriedade". O fato dos povos originários não terem participado desde o início nas discussões sobre a legalização da ayahuasca, e desta ter sido protagonizada pelas igrejas acabou gerando uma série de constrangimentos para indígenas que têm sido criminalizados por diversas ocasiões pelo porte da bebida fora das aldeias.

Lideranças espirituais expressaram seu descontentamento quando impedidos do direito de ir e vir em posse de sua medicina: vários já foram detidos, multados ou tiveram suas medicações confiscadas ou derramadas, enquanto as igrejas transportam milhares de litros para o Brasil e para o estrangeiro. A conferência indígena recolheu diversas denúncias de abuso de autoridade por parte de policiais ou funcionários de companhias aéreas que claramente desconhecem os direitos indígenas.

Uma das reflexões colocadas durante a Conferência Indígena de Ayahuasca é que se a Constituição brasileira reconhece o direito à cultura, usos, práticas e saberes indígenas, reconhece portanto a nossas práticas espirituais, o que inclui nossas medicações.

Foi lembrado que o direito indígena, como todo direito cidadão, não se restringe às Terras Indígenas, e que nossas práticas culturais também constituem nosso território identitário, portanto não haveria argumento para impedir nosso direito de ir e vir em posse de nossas medicações e na prática de nossa espiritualidade.

Foi lembrado que o direito indígena constitui direito originário, reconhecido como cláusula pétrea na Constituição e que, somada à ratificação do Brasil à Convenção 169 da OIT, que possui valor de lei, os povos indígenas devem ser consultados a respeito de qualquer legislação de seu concernimento, inclusive sobre as práticas científicas a respeito das medicações das quais têm direito de origem.

Globalização

O debate sobre a globalização da ayahuasca foi conduzido pelas lideranças indígenas que têm assumido uma jornada no sentido de conhecer as experiências no estrangeiro e construir novas formas de relacionamento com a espiritualidade indígena: Benki Ashaninka e Biraci Yawanawá falaram sobre o intercâmbio cultural e a divulgação da medicina indígena. Siã e Ninawá Pai da Mata Huni Kuin também comentaram sobre suas experiências no estrangeiro.

Foram avaliados aspectos positivos e negativos da globalização que também é vista como uma oportunidade para a valorização da cultura indígena no Brasil e no mundo, não apenas no sentido de "mostrar algo diferente ou exótico", mas de compartilhar filosofias, ciências, posturas e visões de mundo próprias aos povos indígenas, como alternativa diante da crise global, por sociedades em maior harmonia com o planeta e entre os povos.

Diferentemente do tom acadêmico de outras conferências, a Yubaka Hayrá contou com cerimônias de abertura e encerramento, e durante o decorrer das discussões se manteve o tom cerimonial de acordo com as tradições indígenas.

O uso da ayahuasca fora do contexto indígena foi avaliado com preocupação diante dos testemunhos sobre práticas consideradas impróprias pelos mestres tradicionais, como por exemplo seu uso fora do contexto cerimonial; a mistura com outras medicinas ou agentes químicos; o uso recreativo por parte de não-indígenas; a sintetização dos agentes químicos da medicina; a falta de discussão sobre a ética de certas pesquisas científicas e a comercialização com fim de enriquecimento pessoal de certos indivíduos que têm usado o nome e a imagem de povos indígenas para benefício próprio, sem contar casos de abuso sexual e estelionato.

A discussão sobre o bom uso e prática da medicina levou ao debate sobre a importância do aprendizado tradicional. A mesa sobre a importância das canções tradicionais da ayahuasca, dirigida pelo professor doutor Joaquim Maná, Ninawá Pai da Mata e Isaka Huni Kuin tratou sobre a salvaguarda das práticas tradicionais e reconheceu a importância das contribuições das novas gerações, principalmente pela instrumentalização dos cantos, prática que tem fortalecido a valorização da cultura pelos mais jovens.

A conferência foi um encontro de gerações de legítimos pesquisadores da ciência e da espiritualidade indígena, onde os anciões foram lembrados com reverência por sua perseverança pela continuidade do conhecimento dos povos.

A importância do manejo e sustentabilidade do cipó e da folha, da preservação da floresta e suas medicinas foi apresentada por Puwe Puyanawa, líder espiritual da aldeia anfitriã. A constatação de que hoje há mais não indígenas que indígenas bebendo Ayahuasca soou como uma alerta para a preservação das plantas nativas da floresta tanto quanto da cultura.

A mostra cultural "Nokun Txai" contou com apresentações musicais, lançamento do CD Nukini e mostra de filmes. Reunidos no enorme terreiro que recebeu os jogos indígenas do Acre em 2008, a arquibancada se emocionou ao assistir o filme "Puyanawa Atsa - Encontro com ancestrais", que conta a história do resgate cultural desse povo nos últimos anos, pelo fortalecimento de sua espiritualidade.

O Acre tem sido espaço de uma verdadeira revolução espiritual dos povos indígenas.

Aqui a história se mede em quatro tempos: o tempo da origem antes do contato; o tempo das correrias em que aconteceu o contato com os patrões da borracha responsáveis pelo genocídio e escravidão; o tempo do direito, marcado pela conquista dos direitos indígenas nas décadas de 1970 e 1980 e as políticas indigenistas, e o tempo da cultura, na atualidade onde os povos se organizam como novamente protagonistas de sua história.

Até a década de 1970, a política integracionista do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), alegando falta de recursos humanos, delegou por muitas vezes a implementação das políticas indigenistas a organização não-governamentais, em grande parte grupos missionários para gerir a educação e saúde junto às populações indígenas.

Por sua vez, os grupos missionários mantinham suas práticas catequizadoras e evangelizadoras perseguindo as tradições espirituais indígenas.

Durante a formação do movimento indígena a discussão sobre a importância da preservação das culturas indígenas despertaram o posicionamento de lideranças indígenas que decidiram expulsar os

missionários de seus territórios: é o caso do povo Yawanawá, que no final da década de 80 convidou a se retirar a Missão "Novas Tribos do Brasil", proclamando sua autonomia e retomada da espiritualidade e do uso da ayahuasca.

A decisão tomada pelo cacique Biraci Brasil foi de valorizar e dar continuidade ao conhecimento dos três últimos pajés do povo que tinha então uma população de menos de 300 pessoas. Hoje, as palavras, histórias, cantos e rezas dos anciões Tu? kuru, Tatá e Yawarani estão nos livros escolares, nos celulares e aparelhos de som de todas as aldeias, onde jovens e crianças cantam os saiti (cantos tradicionais) diariamente ao som de seus violões. Ainda que a religião cristã persista em certas famílias, o orgulho do povo Yawanawá por sua cultura é muito presente.

Outra estratégia de valorização cultural foi a promoção dos Mariri, festas tradicionais, como momento anual de reunião do povo para celebrar suas danças, pinturas, brincadeiras, esportes, culinária e espiritualidade com cerimônias de Uni. O povo Yawanawá viu no Mariri a oportunidade de promover os intercâmbios culturais, criando Festivais que hoje recebem público internacional e proporcionam parcerias e recursos para projetos estruturais das aldeias.

Experiências semelhantes acontecem com o povo Hunikuin (Kaxinawá), que conta com a maior população indígena no Acre, e que hoje, além das atividades de festas e trocas culturais, conta com uma nova geração de mestres de cerimônia, assim como de escritores, artesãos, artistas visuais e músicos cuja produção gira em torno do conhecimento e espiritualidade tradicional.

O povo Ashaninka, que enfrentou bravamente madeireiros para a demarcação de sua terra também se organiza hoje ao redor de sua medicina camarampi, criando um centro de cura tradicional que tem ganhado reconhecimento internacional; a valorização da espiritualidade e de sua ética própria tem sido grande exemplo de combate ao alcoolismo e violência no seio das populações indígenas.

A história do povo Puyanawa, escravizado por décadas pelo coronel Mâncio Lima, que hoje dá nome ao município que ocupou seu território tradicional, foi de muitos abusos e violência. À beira das estradas e sob o açoite do coronel, tiveram sua população fortemente evangelizada e assim como muitos povos enfrentaram dificuldade em recuperar o orgulho de sua identidade indígena. Hoje, pela retomada de suas práticas espirituais, trabalham juntos pela recuperação da língua, pinturas, comidas e autoestima.

A experiência do acre demonstra que a ayahuasca é algo muito profundo para nossos povos: além de nossa origem e passado histórico, ela como mestre e professora também pode ser uma luz no que podemos construir para o futuro, para a cultura e espiritualidade, assim como para a ética e política de nossas civilizações.

A conclusão da 1ª Conferência Indígena de Ayahuasca, Yubaka Hayrá, foi de maneira conjunta sobre a responsabilidade dos povos indígenas, como receptores e detentores originários da medicina, em preservar nosso conhecimento científico e espiritual.

Se afirmou a importância da consciência e autonomia sobre as trocas e contatos feitos com os não-indígenas: o quê está sendo compartilhado e com que fim vem sendo usado, no sentido de alertar sobre o bom uso da medicina; Se tratou da responsabilidade da educação das novas gerações e da urgência de se construir debates sobre a ética das práticas cerimoniais no seio dos próprios povos: Essa discussão deve enriquecer não apenas o resgate cultural, mas igualmente promover políticas indígenas de saúde e educação para o fortalecimento da identidade e direito indígena.

A intenção é realizar a próxima conferência com o retorno da reflexão realizada em cada povo, num evento que possa contar com a presença de mais povos do acre e de outros estados e países para maior troca de experiência.

A Yubaka Hayrá se coloca como um espaço para a construção de um posicionamento coletivo dos povos originários sobre o que tem sido feito da ayahuasca no mundo.

A cerimônia de encerramento reuniu na arena aproximadamente 200 pessoas, congregou cantos e rezas de vários povos em roda, reunindo uma forte energia que almejamos chegar a nossos irmãos de outros povos por um melhor relacionamento com o mundo e com a vida, assim como guia nossa espiritualidade.

A globalização da Ayahuasca é hoje um fato irreversível, a planta nativa amazônica hoje é plantado em outros continentes, cujos povos tem adequado seu uso às práticas e formas de pensamento próprio.

As visões sobre ciência, conhecimento, tradicionalidade, espiritualidade e ética variam estruturalmente de cultura para cultura; para os povos indígenas, por exemplo, não existem limites tão distantes entre uma coisa e outra como na cultura europeia.

A preocupação por uma ciência, políticas e religiões com consciência e respeito pela natureza e pelos povos é uma demanda geral dos indígenas: que de nossas medicinas não sejam feitos venenos nem armas para machucar ninguém, que nosso lar, tanto nossa floresta quanto nosso território espiritual, que nossa autonomia e dignidade sejam respeitados assim como a vida de cada ser e do planeta.

Aldeia Nova Esperança, Terra Indígena Yawanawá

26 de dezembro de 2017

(*) Publicado originalmente em <http://radioyande.com/default.php?pagina=blog.php>, dia 27 de dezembro